



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

10 A 14 DE JULHO DE 2023

CONGRESSO NACIONAL

PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Quarta-feira (12/7)

VET 46/2021 – (Revogação lei de Segurança Nacional) Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".

Explicação: dentre os trechos vetados, destaca-se o art. 359-O, que proíbe a divulgação de notícias falsas (comunicação enganosa em massa), que sejam capazes de comprometer a higidez do processo eleitoral.

Autor: Presidência da República

Resultado: Retirado de pauta.

VET 63/2022 – (Alteração LDO 2022) Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 39, de 2022, que "Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022".

Explicação: os trechos vetados tratavam de i) autorização ao Executivo para utilizar recursos provenientes da reclassificação de programações RP 9 (emendas de relator) para RP 2 despesas primárias discricionárias; e ii) procedimentos relativos aos restos a pagar.

Autor: Presidência da República

Resultado: Mantido o veto relacionado aos procedimentos de restos a pagar e prejudicados os demais vetos.

VET 3/2023 – (Política Nacional de Educação Digital) Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 4.513, de 2020, que "Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003".

Explicação: O veto em questão retira do texto, entre outros, o parágrafo que incluía a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, como componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio.

Autor: Presidência da República

Resultado: Retirado de pauta.

VET 5/2023 – (LOA 2023) Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023".

Explicação: o veto incide sobre o trecho que trata das programações referentes à despesas incluídas em decorrência da ampliação de dotações orçamentárias sujeitas ao teto de gastos, promovida pela [EC 126/2022](#). Desse modo, o Executivo decidiu pelo veto em razão da proposição criar o grupo de fonte de recursos que identificaria as despesas sujeitas ao teto que foram ampliadas. Todavia, o grupo de fontes de recursos não possuiria a finalidade de identificação de despesas, uma vez que a fonte é elo entre receita e despesa, e agrupa naturezas de receita com regras de aplicação comum. Com relação à lei orçamentária anual e suas alterações, o grupo de fonte diferencia se são recursos do exercício, de superávit ou ressaltados da Regra de Ouro.

Autor: Presidência da República

Resultado: Retirado de pauta.

VET 11/2023 – (Destinação recursos Sistema S à Embratur) Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2023 (oriundo da MPV 1147/2022), que "Altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse); reduz a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros; reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo; suspende o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações de petróleo efetuadas por refinarias para produção de combustíveis; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins; e as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e os Decretos-Lei nºs 9.853, de 13 de setembro de 1946, e 8.621, de 10 de janeiro de 1946; revoga dispositivos da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, e das Medidas Provisórias nºs 1.157, de 1º de janeiro de 2023, 1.159, de 12 de janeiro de 2023, e 1.163, de 28 de fevereiro de 2023; e dá outras providências".

Explicação: Os dispositivos vetados dispunham que caberia à Embratur o valor equivalente a 5% das importâncias arrecadadas ao Senac e à título de contribuição mensal ao Sesc para custeio e promoção internacional do turismo no Brasil.

Autor: Presidência da República

Resultado: Mantido os vetos.

VET 17/2023 – (Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios) Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2023 (oriundo da MPV 1154/2023), que "Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020".

Explicação: foram vetados os trechos que: (i) listava a coordenação das atividades de inteligência federal entre as competências do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); (ii) transfere do Ministério dos Povos Indígenas para o Ministério das Cidades a competência de fazer o planejamento, coordenação, execução, monitoramento, supervisão e avaliação das ações referentes ao saneamento e às edificações nos territórios indígenas, observadas as competências do Ministério dos Povos Indígenas; e (iii) transfere do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional Política Nacional de Recursos Hídricos e Política Nacional de Segurança Hídrica e a gestão dos recursos hídricos.

Autor: Presidência da República

Resultado: Retirado de pauta.

Segunda-feira (10/7)

FPINVESTEBRASIL – FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS PARA O BRASIL

Reunião – Finalidade: Instalação e eleição da Comissão Executiva.

Resultado: Instalada. O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) foi eleito presidente e a senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) e o senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidentes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (11/7)

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / CANCELADA

PL 5687/2019 - Acrescenta dispositivo à Lei no 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Autor: Junio Amaral PSL/MG

Relator: Léo Prates - PDT/BA

Explicação: dispõe que, para a concessão de alvará de funcionamento ou sua renovação, devem ser observadas e certificadas as regras de acessibilidade e nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, salvo no caso de microempresas e de empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não realizada em razão do cancelamento da reunião.

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / CANCELADA

PL 4568/2021 - Institui a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab) e define seus objetivos, princípios, diretrizes, coordenação, responsabilidades e fontes de custeio.

Explicação: são objetivos da Rede-Lab: desenvolver e aplicar métodos e técnicas destinados à produção de informações em grandes volumes de dados; elaborar e difundir estudos sobre melhores práticas em produção de informações, estabelecendo, inclusive, metodologias, tecnologias e perfis profissionais ideais; apoiar as medidas tecnológicas necessárias à análise de grandes volumes de dados junto aos órgãos federais e junto aos Estados e ao Distrito Federal; e, promover pesquisas e angariar tecnologias de ponta em análise de dados disponíveis no mercado ou desenvolvidas por órgãos públicos, buscando a atualização e o aprimoramento constantes dos recursos tecnológicos utilizados pelas unidades da Rede-Lab.

Autor: Felipe Rigoni PSL/ES

Relator: Zucco - REPUBLICANOS/RS

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 3069/2022 - Dispõe sobre o uso de tecnologia de reconhecimento facial automatizado no âmbito das forças de segurança pública e dá outras providências.

Explicação: entre outros, permite que no âmbito da investigação criminal empregar-se-á o reconhecimento facial sempre que houver necessidade de se averiguar a identidade de autores, coautores, testemunhas e/ou vítimas relacionadas a algum fato criminoso.

Autor: Subtenente Gonzaga PSD/MG

Relator: Aluisio Mendes - REP/MA

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

CEDIRDIG – COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO, ATUALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE NORMAS JURÍDICAS BRASILEIRAS, NO SENTIDO DE INCORPORAR A ELAS OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E ATIVIDADES DIÁRIAS / *Item incluído após o envio da agenda.*

Reunião – Finalidade: Instalação e eleição do presidente e vice-presidentes

Resultado: Realizada. Eleito presidente o Deputado Marx Beltrão (PP/AL) e designado relator o deputado Lafayette de Andrada (REP/MG). Não houve eleição para os vice-presidentes da Comissão.

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / CANCELADA

PLP 79/2022 - Estabelece normas gerais de fiscalização financeira da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispõe sobre a simetria de que trata o art. 75 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Explicação: padroniza normas gerais sobre a fiscalização financeira da administração pública.

Autor: Fábio Trad PSD/MS

Relator: deputado Fernanda Melchionna - PSOL/RS

Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / CANCELADA

PLP 102/2022 - Altera o artigo 61-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e altera os artigos 146 e 149 do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Explicação: Penaliza cláusulas "exacerbadas" impostas por investidores-anjo.

Autor: Euclides Pettersen PSC/MG

Relator: Fabio Schiochet - UNIÃO/SC

Parecer: pela rejeição.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PLP 20/2023 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer as fontes de recursos que especifica para o financiamento do micro e pequeno empreendedorismo nacional, e dá outras providências.

Autor: Mauricio Neves PP/SP

Relator: Fabio Schiochet - UNIÃO/SC

Parecer: pela rejeição.

VTs 1, Mauricio Neves - PP/SP

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PLP 37/2023 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para facultar à microempresa ou à empresa de pequeno porte que se autorregularizar após o prazo legal a opção pelo Simples Nacional relativamente ao restante do ano-calendário.

Autor: José Medeiros - PL/MT

Relator: deputado Jorge Goetten PL-SC

Parecer: pela aprovação

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

Quarta-feira (12/7)

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / NÃO REALIZADA

PL 1746/2015 - Acrescenta o Capítulo IV-A ao Título II - Dos Direitos Fundamentais, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para garantir o direito de proteção dos dados de crianças e adolescentes na Internet.

Explicação: veda a coleta de informações pessoais de crianças e adolescentes com o propósito de suporte a qualquer atividade relacionada a marketing.

Autor: Giovani Cherini PDT/RS

Relator: Andreia Siqueira - MDB/PA

Parecer: pela aprovação do PL 1746/2015, da Emenda Adotada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / CANCELADA

REQ 21/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para discutir a Computação Quântica no Brasil, seus desafios e perspectivas.

Convidados:

- Fernando Brandão, Diretor de Aplicações Quânticas na Amazon Web Services (AWS) e Professor de Física (catedra Bren) no California Institute of Technology (Caltech);
- Belita Koiller, Professora Doutora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Samurá Brito, Chefe de Tecnologias Quânticas do Itaú Unibanco;
- Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; Representante da IBM Research - Brazil; Representante do Senai Cimatec.

Autor: Luisa Canziani PSD/PR

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PLP 213/2021 - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, para esclarecer sobre a sua não incidência nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação executadas mediante convênio com Instituições científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), bem como com instituições de pesquisa ou instituições de ensino superior mantidas pelo poder público.

Autor: Capitão Alberto Neto REP/AM

Relator: Lucas Ramos - PSB/PE

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 1006/2022 - Institui a Lei Geral das Atividades Espaciais e altera a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994.

Explicação: a Lei dispõe sobre as atividades especiais vinculadas à defesa e à segurança nacionais e o uso de bandas de frequência e posição orbitais geoestacionárias.

Autor: Pedro Lucas Fernandes UNIÃO/MA

Relator: Cleber Verde - MDB/MA

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

OUTROS EVENTOS

Reunião de Técnica – Tema: Lançamento do Periódico Agenda Brasileira: Economia Digital.

Resultado: Realizada. A [6ª edição](#) do periódico traz nove artigos que tratam da ampla gama de atividades comerciais impulsionadas pelas tecnologias digitais, que geram transformações sociais e econômicas significativas.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / CANCELADA

REQ 43/2023 - Requer a realização de audiência pública para debater a respeito do Projeto de Lei n. 1954/2022, que dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor”.

Explicação: O PL 1954/2022, dentre outros, dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor.

Convidados:

- Nancy Andrichi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça;
- Marcos Dessaune, Jurista autor da teoria do desvio produtivo do consumidor;
- Wadih Damous, Secretário Nacional do Consumidor;
- Leonardo Roscoe Bessa, desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;
- Isaac Sidney Menezes Ferreira, presidente da Febraban;
- Marcos Ferrari, presidente-executivo da Conexis Brasil Digital

Autor: Paulão PT/AL

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

REQ 45/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 1954/2022, que dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade.

Convidados:

- Banco Central do Brasil;
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços Especial e Turismo (CNC);
- Comissão de Direito Bancário da OAB Federal;
- Luciano Timm, Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor;
- Associação Nacional de Hospitais Privados.

Autor: Vinicius Carvalho REP/SP

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

REQ 47/2023 - Requer a inclusão de convidado para participação na audiência pública para discutir a manipulação de informações e o abuso de poder econômico na campanha das big techs contra o PL 2630/2020.

Convidados:

- Discord;
- Sleeping Giants Brasil.

Autor: Ivan Valente PSOL/SP

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 494/2021 - Acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica.

Autor: Carlos Chiodini MDB/SC

Relator: deputado Celso Russomanno - REP/SP

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (11/7)

PL 2617/2023 - Institui o Programa Escola em Tempo Integral e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Explicação: altera os destinos possíveis dos R\$ 3,5 bilhões liberados para Estados e municípios em decorrência da pandemia de Covid-19 para contratar soluções de conectividade para aulas remotas, como aquisição de dispositivos e equipamentos eletrônicos e contratação de serviços de acesso à internet.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senadora Professora Dorinha Seabra

Parecer: pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas

Resultado: Aprovado. A matéria vai à sanção.

PL 6494/2019 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação técnica profissional e tecnológica e articular a formação profissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional; e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cômputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Explicação: dentre outros, trata do fomento à capacitação digital na educação profissional e tecnológica, de forma a promover a especialização em tecnologias e aplicações digitais.

Autor: Deputado João H. Campos - PSB/PE

Relator: Senador Cid Gomes - PDT/CE

Parecer: pela aprovação da matéria, pela rejeição das emendas nºs 1 e 2, com as Emendas nºs 3 e 4 de redação

Resultado: Aprovado, com emendas de redação, que visavam assegurar a correta redação da "aprendizagem profissional". A matéria vai à sanção.

Quarta-feira (12/7)

PRS 31/2023 - Cria a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica.

Explicação: institui a Frente Parlamentar em favor da educação profissional e tecnológica, para promover amplo debate no Senado Federal, para aprimorar a legislação federal em favor da educação profissional e tecnológica, especialmente dentro do contexto da "revolução 4.0"

Autor: Senador Astronauta Marcos Pontes - PL/SP

Relatora: Senadora Damares Alves

Parecer: pela aprovação

Resultado: Aprovado. A matéria vai à promulgação.

Terça-feira (11/7)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h00

PL 2519/2019 - Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Explicação: permite o uso do FNSP para a proteção das fronteiras. O dinheiro poderá ser utilizado para obras e serviços necessários ao funcionamento dos órgãos de segurança pública na Faixa de Fronteira, incluída a costa marítima

Autor: Senador Jayme Campos - DEM/MT

Relator: Senador Eduardo Braga - MDB/AM

Parecer: pela aprovação nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Não deliberado.

REQ 78/2023 - Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, estudos, estimativas e informações envolvendo alíquota média da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Item incluído após o envio da agenda.

Autor: Senador Rogerio Marinho PL/RN

Resultado: Aprovado. O requerimento foi deferido pela Mesa Diretora do Senado e encaminhado ao Ministério da Fazenda.

REQ 79/2023 - Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado de Planejamento e Orçamento, Simone Nassar Tebet, estudos, estimativas e informações envolvendo alíquota média da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Item incluído após o envio da agenda.

Autor: Senador Rogerio Marinho PL/RN

Resultado: Aprovado. O requerimento foi deferido pela Mesa Diretora do Senado e encaminhado ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PL 2617/2023 - Institui o Programa Escola em Tempo Integral e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Explicação: altera os destinos possíveis dos R\$ 3,5 bilhões liberados para Estados e municípios em decorrência da pandemia de Covid-19 para contratar soluções de conectividade para aulas remotas, como aquisição de dispositivos e equipamentos eletrônicos e contratação de serviços de acesso à internet.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senadora Professora Dorinha Seabra

Parecer: pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas.

Resultado: [Aprovado. A matéria seguiu para o Plenário onde também foi aprovada e encaminhada à sanção.](#)

REQ 71/2023 - Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2617/2023.

Explicação: o PL 2617/2023, institui o Programa Escola em Tempo Integral e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Autor: Senadora Professora Dorinha Seabra UNIÃO/TO

Resultado: [Aprovado.](#)

PL 2495/2021 - Dispõe sobre a vedação de tarifas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneo (Pix) para o envio e recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos.

Explicação: Veda a cobrança de tarifas, no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneos - Pix, de pessoas físicas e jurídicas, para envio e recebimento de recursos com a finalidade de doação às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos.

Autor: Senadora Mara Gabrilli - PSDB/SP

Relatora: Senadora Damares Alves - REP/DF

Parecer: pela aprovação com uma emenda

Resultado: [Não deliberado.](#)

MSF 46/2023 - Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8º da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor Paulo Xavier Alcoforado, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - Ancine, na vaga decorrente do término do mandato de Mariana Ribas da Silva, que renunciou. Item incluído após o envio da agenda.

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Humberto Costa - PT/PE

Parecer: pronto para deliberação

Resultado: [Vista concedida.](#)

Quarta-feira (12/7)

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Pauta divulgada após o envio da agenda.

Reunião – Finalidade: Apresentação do Plano de Trabalho da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para o segundo semestre de 2023.

Resultado: [Realizada. Plano de Trabalho apresentado.](#)

PL 3466/2019 – Dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Empresas Startups (FiStart) e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Startups.

Explicação: institui o FiStart, com a finalidade de constituir recursos para o financiamento de projetos de inovação em empresas nascentes intensivas em conhecimento, e cria a possibilidade de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Startups.

Autor: Senador Randolfe Rodrigues REDE/AP

Relator: Senador Carlos Viana PODE/MG

Relatório: pela aprovação do projeto.

Resultado: [Retirado de pauta para reexame.](#)

REQ 20/2023 - Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática avalie o tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil" no exercício de 2023. Item incluído após o envio da agenda.

Autor: Senador Carlos Viana - PODE/MG

Resultado: [Aprovado.](#)

REQ 21/2023 - Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da Reforma Tributária no setor da Tecnologia da Informação. Item incluído após o envio da agenda.

Convidados:

- Federação Assespro (Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação);
- Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo);

- Associação Brasileira de Internet (Abranet);
- Associação Catarinense de Tecnologia (Acate);
- Sindicato de Empresas de Internet do Estado de São Paulo (Seinesp);
- Microsoft.

Autor: Senador Astronauta Marcos Pontes - PL/SP

Resultado: [Aprovado](#).

Quinta-feira (13/7)

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / CANCELADA

PDL 928/2021 - Aprova o texto do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 37/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.

Autor: Câmara dos Deputados

Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO

[Parecer](#): pela aprovação

Resultado: [Não deliberado em razão do cancelamento da reunião](#).